

TESE: Construir um PSOL que seja catalisador das lutas no Maranhão

Resistência, Subverta e Independentes

O Maranhão é marcado por desigualdades sociais e ausências de políticas públicas. Segundo o IBGE (2022), o Maranhão possui o maior percentual de pessoas vivendo na extrema pobreza.

Em 2022, a eleição no estado contou com nove candidatos, todos homens, em sua maioria brancos e de direita. Carlos Brandão (PSB) foi eleito no primeiro turno. Trata-se de um governador com relações privilegiadas com o agronegócio, a indústria e o comércio, que já passou por outros partidos de direita e possui uma “herança” familiar na política tradicional.

O PSOL apresentou candidatura própria com Enilton Rodrigues, ainda que tenhamos lutado por uma candidatura de esquerda unificada entre PSOL e PT. Diante da recusa, coube ao PSOL apresentar um programa que não estivesse "acoplado" nem a Brandão e nem a Weverton.

PSOL ECOSSOCIALISTA, DEMARCAÇÃO DE TERRAS E NÃO AO MARCO TEMPORAL

A realidade catastrófica é a marca do atual período, em que a racionalidade dominante ultraliberal difunde ideais e práticas cada vez mais atreladas aos valores de acumulação. A financeirização econômica global é a sua mais acabada face, responsável direta pela expansão da precarização dos modos de vida no mundo todo e mandatária do sistema produtor de mercadorias.

O Maranhão tem sido palco de iniciativas desenvolvimentistas de governos e iniciativa privada levando a uma infraestrutura para exploração de todo tipo, da floresta, agrícola, pecuária, minérios e industrial tudo isso tem provocado fortes impactos socioambientais, alterando biomas, e modos de vida de populações locais (povos tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos).

Em Alcântara, foram deslocados compulsoriamente 23 povoados e 05 continuam ameaçados. Na zona rural, a instalação de polo siderúrgico ameaça 12 povoados. O Marco Temporal ameaça ainda mais as conquistas dos povos originários, sendo que no Maranhão há cerca de 2 milhões de hectares de área com terras que podem ser afetadas caso o marco seja estabelecido.

É preciso defender um plano diretor para toda a cidade, um meio ambiente, uma zona rural, dunas e praias limpas e se contrapor de forma irreconciliável o modelo de desenvolvimento para o grande capital com sua lógica de ocupação e uso de territórios, recursos, mortes e gentrificação.

AS LUTAS LGBTI+ FRENTE AO AVANÇO DO CONSERVADORISMO NO ESTADO

Segundo dados divulgados pelo Observatório de Políticas Públicas LGBTI+, o MA ocupa a 6ª posição de mortes de pessoas LGBTI+ no país e em se tratando de conquistas reais que impactem diretamente na vida dessa população pouco se avançou no estado no que diz respeito a execução de políticas públicas direcionadas às demandas das minorias sexuais e de gênero.

O Conselho Estadual da Promoção dos Direitos da População LGBTI+ do MA mesmo que bem intencionado esbarra em uma estrutura burocrática conseguiu formular, junto com os movimentos sociais organizados, a minuta do Plano Estadual de Políticas Públicas LGBTI+, no entanto o plano

continua a amargar uma longa espera de sanção pelo governador, sem indicativo de que a assinatura aconteça.

Atrelado a isso o Fórum de ONGs LGBTs do Maranhão apresentou vários projetos: Escola sem LGBTfobia, Casarão da Diversidade e Plano Estadual de Trabalho, Renda e Empregabilidade sem no entanto avançar as pautas em suas respectivas secretarias.

Enquanto isso parlamentares órfãos e pretensos herdeiros do neofascismo de Bolsonaro como Mical Damasceno, Wellington do Curso e Iglésio tem consolidado um conservadorismo reacionário na ALEMA, em uma casa que nunca pautou as demandas sociais da população LGBTI+, tem encontrado apoio de outros parlamentares e derrubado leis que protegem direitos como a Lei 11.827/2022 que fala da proibição de qualquer tipo de ato discriminatório em decorrência de orientação sexual e identidade de gênero.

Os desafios estão postos para a população LGBTI+ do Estado do Maranhão, cabe a ela se entender enquanto classe trabalhadora também vítima de opressão em decorrência da discriminação e que se auto-organize para este enfrentamento, nesse sentido o Psol Maranhão assume papel central na tentativa de seguir o acúmulo do partido a nível nacional no que diz respeito às legislaturas LGBTI+.

PELA VIDA DAS MULHERES!

Nosso programa deve ser feminista, negro e LGBTI+ para refletir a maioria da classe trabalhadora e enfrentar o racismo estrutural, a violência de gênero e garantir às mulheres trabalhadoras, que sempre estiveram na linha de frente das lutas populares por direitos, melhores condições de vida.

Em 2022, o estado registrou 67 feminicídios (quinto na liderança do ranking nacional). Esse contexto aprofunda-se com o aumento da pobreza, desemprego, que bate recordes e atinge, de forma desigual, as mulheres.

Com o governo de Carlos Brandão (PSB) essa situação pode se agravar, pois, além de nomear para a Secretaria de Estado da Mulher a deputada estadual Abigail Cunha, do mesmo partido do ex-presidente, que divulgou imagens ao lado de duas trabalhadoras domésticas negras, numa expressão nítida do racismo estrutural; realizou recentemente o Fórum Estadual de Mulheres não teve uma mulher negra na programação oficial.

O PSOL precisa fortalecer campanhas que correspondem à defesa do fim da violência contra as mulheres, à igualdade de direitos sociais, ao direito ao aborto legal e contra a violência política.

UM PSOL ANTIRRACISTA!

Vivemos em um estado cada vez mais desigual, racista, patriarcal e violento. A Fila do Sine, creches, hospitais aumentaram, assim como a desocupação de casas, territórios tradicionais, quilombos urbanos, assaltos a ônibus, mortes de motoristas, prisões com discurso de combate às drogas.

Desde 2021, o Maranhão registra aumento nos casos de racismo. Foram 21 casos de racismo e 303 de injúria racial, superando os índices antes da pandemia. É preciso constituir medidas efetivas de proteção aos direitos dos povos tradicionais de terreiros do estado e de enfrentamento ao racismo religioso e racismo ambiental contra negros e negras.

O capitalismo fabrica vidas supérfluas e a vida da classe trabalhadora não importa. A razão bruta do sistema é expressa nas políticas de mortes e prisões, de guerra às drogas e reafirma a colonialidade do poder da elite branca e heteropatriarcal que fortalece o exército-industrial-carcerário, cujo complexo penitenciário de Pedrinhas, com presidiários produzindo matracas de bumba-meu-boi, é apenas a ponta do iceberg.

As mulheres negras são invisibilizadas, a base da pirâmide em trabalhos precários e mal remunerados - o Brasil tem cerca de 6 milhões de trabalhadores domésticos, a maioria mulheres pretas e pardas. É comum o resgate de trabalhadoras negras em condições análogas à escravidão. Recentemente, veio a público que o desembargador Jorge Luiz de Borba mantinha uma trabalhadora negra, surda e muda por mais de 20 anos na sua residência sem salários e qualquer direito, por ser considerada da família. Mesmo após 10 anos da promulgação da EC 72 que conferiu direitos às trabalhadoras domésticas, 70% continuam sem carteira assinada ou garantia alguma, sofrendo racismo e exposição de suas patroas. A luta em defesa dos direitos da categoria precisa ser fortalecida.

Eis o perfil dos legisladores da casa grande que respondem “*a gente tem que conviver com eles*” sobre as comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, demonstrando a visão de mundo opressora e racista. Brandão vem inaugurando secretarias de opressões pelo estado e centros de referência da mulher negra, não porque está comprometido com essa luta, mas para dar verniz popular a sua gestão e legitimar seu governo enquanto o MA figura nos piores índices de educação, saúde, emprego e violência urbana e rural.

Precisamos de um feminismo decolonial radicalmente antirracista, anticapitalista e anti-imperialista. O futuro do nosso estado depende de como nós respondemos ao legado de Negro Cosme, Maria Firmina, Maria Aragão, Magno Cruz e Professor Luizão. Combater o racismo, não somente sobre o negro, mas sobre os indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e de terreiros é fundamental. O papel do PSOL é fortalecer as lutas por políticas públicas para nosso estado, mas sobretudo atuar de forma *irreconciliável* para mostrar os limites da institucionalidade que mantém as desigualdades/opressões.

A LUTA ANTICAPACITISTA

No Brasil o embate a favor da chamada inclusão prosperou a partir dos anos 80 e teve seu ápice legal no século XXI, com a incorporação da Convenção dos Direitos da PCD como emenda à nossa Constituição e, mais recentemente, a aprovação da Lei Brasileira de Inclusão.

O conjunto desses avanços graduais nos fez acreditar que avançávamos no processo civilizatório e que o pior havia passado. Entretanto, fomos surpreendidos com retrocessos sem precedentes, a partir da ascensão da extrema direita. Acreditamos que um partido socialista não pode subalternizar a luta por inclusão social, apresentando propostas transversais, inserindo as demandas de interesse desses setores. No caso das PCD, o enfrentamento desse desafio partidário passa pela abertura à representação do segmento em todas as instâncias internas e na incorporação, entre suas teses fundantes, de temas e preceitos como a supressão de todas as barreiras (arquitetônica, comunicacional, social e atitudinal) e o estímulo ao protagonismo e à participação política.

EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE!

O Maranhão continua, de forma incontestada, a ser um dos 4 estados mais atrasados do Brasil na educação. Segundo o PNAD (2022), o estado continua com maior média de analfabetismo para

a população de 15 anos ou mais. Assim como o tempo de escolaridade da população está entre os quatro piores do Brasil e a estrutura das escolas figura entre as piores.

A valorização dos professores só acontece em propaganda. Os sucessivos governos têm usado de manobras para ganhar a opinião pública, mas nunca respeitaram a Lei do Piso Salarial Profissional Nacional, e, assim, impuseram uma defasagem na carreira.

O estado tem sustentado uma política de precarização do trabalho docente via subcontratações (CET, bolsistas e seletivados) enfraquecendo a moralização no espaço escolar, como previa o RJU sobre uma das funções dos concursos públicos, submetendo os profissionais da educação a assédios de toda natureza.

Os governos Flávio Dino e Brandão sobrepuseram a essa velha estrutura, a Reforma do Ensino Médio dos governos Temer e Bolsonaro cuja principal função é produzir mão-de-obra barata, reduzir o investimento em educação, impedir o acesso da juventude à universidade, dentre outros. O NEM além de não corrigir e reparar as reais defasagens educacionais para esse nível de ensino, exclui os jovens de ter acesso a um percentual muito relevante de conhecimentos produzidos pela humanidade. O NEM tem aprofundado ainda mais as desigualdades entre ricos e pobres já tão extremadas no Maranhão, sem contar que é um dos estados da federação com mais jovens em idade escolar fora da escola, que mais municipalizou o Ensino Fundamental, que destruiu a EJA simplificando ao EJATEC, projeto que tem o mesmo objetivo do NEM.

O PAPEL DO PSOL NO MARANHÃO

O PSOL tem se apresentado como uma importante ferramenta de luta, aliado de primeira ordem dos movimentos sociais, com uma atuação coerente, tanto no parlamento, como na ação direta. Assim, o partido tem se firmado como uma alternativa política de esquerda no Brasil.

Partindo dessa compreensão, entendemos que é decisiva a construção e fortalecimento do PSOL nos estados. No entanto, sabemos que esse processo não obedece a um ritmo linear. As particularidades e desigualdades tão comuns do nosso país, são determinantes para as elaborações e, conseqüentemente, para a construção do partido. Apesar disso, avaliamos que há elementos que colaboraram para que o PSOL não se desenvolvesse no Maranhão no último período.

O mesmo partido que logrou se construir no estado, desde a sua fundação, com campanha de rua para coleta de assinaturas, incorporando ativistas e figuras importantes dos movimentos sociais e da esquerda maranhense, atravessou processos de disputas internas que levaram o partido à quase paralisia, contribuindo para um ambiente de pouco debate, com pouca relação com sua base e os movimentos de luta.

Nesse sentido, o Congresso do partido ganha importância se estiver a serviço da elaboração coletiva, com debates de ideias, com reflexão ampla e democrática, capaz de pautar o papel e os rumos de atuação do partido no próximo período, produzindo sínteses que contribuam para sua melhor localização, tanto a nível nacional, como estadual.

O PSOL Maranhão deve assumir a tarefa de se localizar na luta de classes no estado como uma alternativa política concreta e de esquerda, postulando-se como uma ferramenta útil para as lutas do povo maranhense, com um programa anticapitalista, de combate às opressões, pela reforma

agrária, pela demarcação das terras indígenas e quilombolas, pelo direito à cidade, sem repetir os erros dos projetos de conciliação de classes.

Acreditamos que é preciso fortalecer o PSOL, a partir da atuação nas mobilizações e localização nas estruturas de organização da de nossa classe, das juventudes, nos coletivos e nos movimentos sociais, populares e de luta contra as opressões. O PSOL deve apostar num projeto solidário, de luta e socialista, de construção da mobilização e da organização do povo empobrecido e explorado.

Propomos:

- Estabelecer regularidade do funcionamento das instâncias de direção partidária;
- Criar mecanismos de aproximação da militância e da direção, aproveitando as ferramentas digitais (sem excluir os espaços presenciais) e realizando plenárias periódicas com filiados, reuniões com diretórios municipais e consultas diretas aos filiados;
- Estruturar, estimular e fortalecer os setoriais e os núcleos, informando sobre as reuniões e divulgando as atividades e formulações através dos órgãos de comunicação do partido;
- Avançar na política de comunicação com instrumentos com o objetivo não somente de informar nossa militância, mas também promover debates entre diferentes posições, fortalecendo a formação e a realização de campanhas unitárias do partido;
- Rearticulação da Comissão de Ética do partido para acompanhar casos e denúncias;
- Rearticular a Comissão de Formação, rearticulando as formações com filiados ;
- Fortalecer as setoriais de combate às opressões;
- Reabrir sede própria;

Assinam:

1. ADRIANO VERSIANI PINTO (São Luís)
2. AGNALDO ANTÔNIO SOUZA ARAÚJO FILHO (São Luís)
3. ANA PAULA DE ALBUQUERQUE MARTINS (São Luís)
4. ANA RAISSA MENDES RODRIGUES (Açailândia)
5. ANICIA EWERTON (São Luís)
6. ANTÔNIA ELENILZA SILVA (São Luís)
7. ANTONIA NILDA ALVES CRUZ (São Luís)
8. BARTOLOMEU RODRIGUES MENDONCA (São Luís)
9. BIANCA DINIZ DA SILVA (São Luís)
10. CARLOS ALBERTO SANTOS PEREIRA DA SILVA (São Luís)
11. CARLOS WELLINGTON SOARES MARTINS (São Luís)
12. CASSIA MILLENE CLOVIE BEZERRA (São Luís)
13. CLARISSA GIORDANNA COLAÇO MOURA (Caxias)
14. CLAUDIO ANSELMO DE SOUZA MENDONCA (São Luís)
15. DALVILEME CARDOSO (São Luís)
16. DANIELLE LIMA COSTA (São Luís)
17. DANILO SEREJO (Alcântara)
18. DENISE DE JESUS ALBUQUERQUE (São Luís)
19. DYLSON RAMOS BESSA JUNIOR (São Luís)
20. ETYANE MALONE MENDES MARTINS (São Luís)
21. FRANCILENE CARDOSO (São Luís)
22. GENTIL CUTRIM SERRA JUNIOR (São Luís)
23. GILVAN AZEVEDO DOS SANTOS (São Luís)
24. GILZA SANTIAGO (São Luís)
25. GLEICK SANTOS MAIA SOUZA (São Luís)

26. IVANOILSON ALVES DOS SANTOS (São José de Ribamar)
27. JOSÉ ARTEIRO CORDEIRO MUNIZ (São Luís)
28. JOSIANE CANTANHEDE (São Luís)
29. KATIA DIAS (São Luís)
30. KATIA SUELMA CLOVIE BEZERRA (São Luís)
31. LUCAS GUIMARÃES LUSTOSA (São Luís)
32. LUCAS MATEUS DA SILVA NOGUEIRA (São Luís)
33. LUIZ EDUARDO NEVES DOS SANTOS (São Luís)
34. MALILA DA GRACA ROXO ABREU (São Luís)
35. MARCELO ROCHA FERREIRA (São Luís)
36. MARCO AURÉLIO GONÇALVES FERRÃO COELHO (São Luís)
37. MARIA DO NASCIMENTO (São Luís)
38. MARIA DOLORES SILVA (São Luís)
39. MICAEL CARVALHO DOS SANTOS (São Luís)
40. MICHELE SILVA PINTO (São Luís)
41. PEDRO LUCAS RIBEIRO BESSA (São Luís)
42. PEDRO LUCAS RIBEIRO BESSA (São Luís)
43. RAIMUNDO CÉSAR DE SOUZA MARTINS (São José de Ribamar)
44. REGINA SHEILA BORDALO MARTINS (São Luís)
45. RIELDA ALVES RODRIGUES SOUZA (São Luís)
46. ROBERTA LIMA COSTA (São Luís)
47. SELMA RIBEIRO MENDONÇA (São Luís)
48. SERGINALDO KLAYTON LIMA COSTA (São Luís)
49. SILVIO JORGE MARQUES MARTINS (São Luís)
50. SUELLEN NASCIMENTO (São Luís)
51. SUZANA MARIA PETRUS FONSECA DE ALMEIDA (Paço do Lumiar)
52. TALITA FERNANDES NEULLS (São Luís)
53. TALYSSA CARDOSO (São Luís)
54. TALYSSA FERNANDA CARDOSO DOS REIS (São Luís)
55. THIAGO CHAVES SABINO (São Luís)